

**MANIFESTO PELOS DIREITOS DA NATUREZA EM PALMEIRAS (CHAPADA
DIAMANTINA, ESTADO DA BAHIA, BRASIL)***

**MANIFIESTO POR LOS DERECHOS DE LA NATURALEZA EN PALMEIRAS
(ESTADO DE BAHÍA, BRASIL)**

MANIFESTO FOR NATURE RIGHTS IN PALMEIRAS (STATE OF BAHIA, BRAZIL)

A todos cidadãos de Palmeiras,

Nós, cidadãs e cidadãos do município de Palmeiras, unidos por vínculos de sangue ou afeto com esta terra, conscientes dos problemas que nos atinge como humanidade, desde que foi percebida a crise ecológica que confronta o paradigma civilizatório inicialmente configurado na década de 1960 neste país. Invés de escolher esperar e aceitar uma indulgente lógica de acomodação, no momento que a Humanidade caminha para a autofágica destruição da Natureza, escolhemos agir. Assim, inspirados em iniciativas que vêm surgindo ao redor do Planeta, em especial o Programa *Harmony with Nature* (Harmonia com a Natureza) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ambos da Organização das Nações Unidas, conclamamos a sociedade palmeirense, por meio deste manifesto, e convidamos os demais municípios e poderes locais a seguirem este modelo que representa em essência o “pensar globalmente e agir localmente”.

Com o surgimento da sindemia do COVID-19, estamos atravessando um oceano de desafios que vem atingindo os mais diferentes âmbitos de nossa vida, um óbvio reflexo da crise ecológica do atual modelo de extração irracional dos elementos da Natureza, que desconsidera as necessidades coletivas ignoradas em favor de um modo de produção predatório. Portanto, a promoção dos Direitos da Natureza constitui a reafirmação de um dos direitos fundamentais que devem ser

* Manifesto lançado pelo Comitê pelos Direitos da Natureza em Palmeiras, comitê coordenado pelo Instituto Akuã Kene, sediado no município de Palmeiras, Chapada Diamantina, estado da Bahia, Brasil, com o apoio de outras entidades e cidadãos locais.

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 4, n. 1, p. 141-142, jan.-jun., 2021.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 4, n. 1, p. 141-142, ene.-jun., 2021.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 4, n. 1, p. 141-142, jan.-jun., 2021.

resguardados: o direito à existência da mãe Natureza, aquela que alimenta e abriga a Humanidade nesta nave planetária que é o Planeta Terra.

A emergência climática que estamos contemplando diante de nossos olhos, percebendo jovens que estão se mobilizando, mas muitas vezes sem levá-los em consideração com a devida seriedade, expõe o drama ecológico que vivenciamos hoje. Logo, é necessário que estabeleçamos uma “nova aliança”, um novo compromisso político-institucional, diante da necessidade de redução dos índices de emissão de carbono na atmosfera, acompanhada da inevitável adoção de medidas de mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Para este propósito, reivindicamos modificações na legislação, especialmente pela emenda à lei orgânica municipal, para que possamos preparar condições jurídico-institucionais e materiais viáveis para que as futuras gerações locais enfrentem adequadamente os males do Antropoceno. Especialmente aqueles associados aos efeitos de uma futura desertificação apontada por cientistas como um futuro provável para o semiárido nordestino brasileiro e que atingirão, inevitavelmente, o município de Palmeiras, em razão de sua posição geográfica, podendo matar aquele que é o fio da vida neste território: estamos falando do rio Preto e de seus afluentes.

Assim, conclamamos a sociedade palmeirense a se juntar ao nosso comitê de luta pelo reconhecimento dos Direitos da Natureza no município de Palmeiras com a declaração de uma dignidade intrínseca para o rio Preto, de modo a contribuirmos com esse projeto em favor de nossas futuras gerações diante dos desafios impostos pelo Antropoceno.

Palmeiras, estado da Bahia, Brasil, 15 de maio de 2021.

Comitê pelos Direitos da Natureza em Palmeiras